

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.078 - TO (2018/0275834-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : ALANE RODRIGUES SOBRINHO**  
**ADVOGADOS : FRANKLIN RODRIGUES SOUSA LIMA - TO002579**  
**: SOLENILTON DA SILVA BRANDAO - TO003889**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PENAL. TENTATIVA DE FURTO. NATUREZA E VALOR DOS BENS. INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO JURÍDICA PROVOCADA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EXCEPCIONALIDADE. HABITUALIDADE CRIMINOSA NÃO CONFIGURADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ALANE RODRIGUES SOBRINHO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins na Apelação Criminal n. 0015526-87.2017.827.0000.

Consta dos autos que, reformando a sentença absolutória, o Tribunal *a quo* condenou a Recorrente às penas de 8 (oito) meses de reclusão, em regime aberto, substituída por uma restritiva de direitos, e 10 (dez) dias-multa, como incurso no art. 155, *caput*, c.c o art. 14, inciso II, do Código Penal. O acórdão ficou assim ementado (fls. 167-168):

**"EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO NA FORMA TENTADA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REITERAÇÃO. INAPLICABILIDADE.**

*- A reiteração no cometimento de infrações penais se reveste de proeminente reprovabilidade e se mostra incompatível com a aplicação do princípio da insignificância, a demandar a atuação do Direito Penal. Caso em que a recorrida furtou vários objetos nas Lojas Americanas, somente não consumando seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade.*

*- No caso vertente, a apelada não faz jus à aplicação do princípio da insignificância, tendo em vista que existe contra ela, outra ação penal também em face do cometimento de crime contra o patrimônio. Cabe ressaltar que esse novo delito, foi cometido após o crime destes autos, fato que evidencia que nem a possibilidade de uma punição criminal, impediu a recorrida de continuar no mundo do crime.*

*- A recorrida é contumaz, na prática de crimes contra o*

*patrimônio, e a condenação visa impedir que uma construção doutrinária e jurisprudencial possa afastar a lei penal sem atender aos critérios uniformemente aceitos. O princípio da bagatela não pode servir de suporte para que pessoas contumazes no cometimento de delitos saiam ilesos da aplicação da lei penal, especialmente se os autos demonstram a intensa reprovabilidade da conduta da ré.*

*- No presente caso, estender o benefício do princípio da insignificância à ré, incentiva os meliantes, no sentido de que eles podem furtar todos os dias, quantias ou objetos de baixo valor, contando que estas condutas não serão consideradas infrações penais.*

*- Recurso provido para condenar a acusada, pela prática de furto na forma tentada."*

Alega-se violação e dissenso acerca do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, sustentando-se a atipicidade material da conduta, pela aplicação do princípio da insignificância, motivo pelo qual postula-se a absolvição da Recorrente.

Oferecidas contrarrazões (fls. 195-207), admitiu-se o recurso na origem (fls. 195-207).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso especial (fls. 218-224).

É o relatório.

Decido.

O acórdão recorrido, na parte que interessa, está assim fundamentado (fls. 160-161; sem grifos no original):

*"A apelada foi denunciada como incurso nas iras do artigo 155, caput, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal brasileiro, porque no dia 26 de maio de 2016, por volta das 10h10min, no interior das Lojas Americanas, situada na Avenida Cônego de João Lima, Centro, nesta cidade de Araguaína-TO, a recorrida subtraiu, para si ou para outrem, mediante fraude, 01 (um) esmalte, 01 (um) fio dental, 01 (um) par de escova de dentes, 01 (um) kit de sapatilha com luvas para recém nascido, 02 (dois) pacotes de desodorante, 01 (um) óleo para cabelos de 100 ml, 01 (um) pote de creme de cabelo de 90 ml [avaliados em R\$ 77,50].*

*O Magistrado de primeiro grau, acolhendo o argumento da defesa, absolveu a acusada da imputação, nos termos do artigo 386, inciso III do Código de Processo Penal, o que ensejou a irresignação ministerial.*

*Pois bem.*

*Do cotejo dos autos verifico que a apelante não faz jus ao reconhecimento do crime de bagatela, diante do caráter excepcionalíssimo desta hipótese.*

*Ocorre que a insignificância da conduta é uma excludente da tipicidade supralegal e não se aplica quando o agente é reincidente, ou seja, quando caracterizada a contumacidade na prática de crimes, que o caso dos autos.*

*Justamente por ser uma causa supralegal de exclusão da tipicidade deve ser aplicada com critério, pois não encontra previsão na lei, mas tão somente na construção doutrinária e jurisprudencial.*

*Com efeito, verifico que os autos informam no evento 19: processo originário, que a ré possui contra si outra ação penal nº 001.2867-09.2015.827.2706, em trâmite na 2ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína-TO, pela prática de crime de furto, o que demonstra a habitualidade da recorrida na prática de delitos contra o patrimônio, configurando total desrespeito pela lei penal e bons costumes.*

*Demonstra-se, pois, que a apelada é contumaz na prática de crimes contra o patrimônio, e a condenação visa impedir que uma construção doutrinária e jurisprudencial possa afastar a lei penal sem atender aos critérios uniformemente aceitos. O princípio da bagatela não pode servir de suporte para que pessoas contumazes no cometimento de delitos saiam ilesos da aplicação da lei penal."*

A aplicabilidade do princípio da insignificância deve observar as peculiaridades do caso concreto, de forma a aferir o potencial grau de reprovabilidade da conduta e identificar a necessidade, ou não, da utilização do direito penal como resposta estatal.

Não se descarta que, diante do caráter fragmentário do direito penal moderno, segundo o qual se devem tutelar apenas os bens jurídicos de maior relevo, somente justificam a efetiva movimentação da máquina estatal os casos que implicam lesões de significativa gravidade.

De fato, a aplicabilidade do princípio da insignificância é cabível quando se evidencia que o bem jurídico tutelado (no caso, o patrimônio) sofreu mínima lesão e a conduta do Agente expressa pequena reprovabilidade e irrelevante periculosidade social.

Na hipótese dos autos, porém, tendo em vista as suas peculiaridades, constato o desinteresse estatal à repressão da conduta praticada pela Recorrente.

Ao contrário do que afirmou o Tribunal de origem, a existência de apenas uma ação penal em trâmite pelo delito de furto não é suficiente para configurar uma habitualidade criminosa. Além disso, a circunstância de ser a vítima um estabelecimento comercial de grande porte – bem assim a natureza dos bens, que nem sequer chegaram a ser subtraídos – autoriza a conclusão de que o grau de reprovabilidade da conduta é

mínimo, pois não houve dano social relevante.

Nesse passo, há de se considerar, no caso, a ínfima lesão ao bem jurídico tutelado, em razão da natureza dos bens – (1 (um) esmalte, 01 (um) fio dental, 01 (um) par de escova de dentes, 01 (um) kit de sapatilha com luvas para recém nascido, 02 (dois) pacotes de desodorante, 01 (um) óleo para cabelos de 100 ml, 01 (um) pote de creme de cabelo de 90 ml), avaliados em R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), valor equivalente a 8,80% do salário-mínimo vigente na data dos fatos –, que, como já mencionado, nem sequer chegaram a ser subtraídos.

Assim, não se verifica a tipicidade material da conduta, a ensejar a aplicação do princípio da insignificância, porquanto o grau de reprovabilidade da conduta é mínimo, pois não houve dano social relevante.

Nesse sentido, destaco os seguintes julgados:

**"RECURSO ESPECIAL. FURTO SIMPLES. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. EXCEPCIONALIDADE ADMITIDA. VALOR IRRISÓRIO DA COISA FURTADA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO.**

1. *O princípio da insignificância jamais pode surgir como elemento gerador de impunidade, mormente em se tratando de crime contra o patrimônio, pouco importando se o valor da res furtiva seja de pequena monta, até porque não se pode confundir bem de pequeno valor com o de valor insignificante ou irrisório, já que para aquela primeira situação existe o privilégio insculpido no § 2º do artigo 155 do Código Penal.*

2. *Para a verificação da lesividade mínima da conduta, apta a torná-la atípica, deve-se levar em consideração a mínima ofensividade da conduta do agente; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.*

3. *A aplicação do princípio da insignificância demanda o exame do preenchimento de certos requisitos objetivos e subjetivos, traduzidos no reduzido valor do bem tutelado e na favorabilidade das circunstâncias em que foi cometido o fato criminoso e de suas consequências jurídicas e sociais.*

4. *Hipótese em que a instância de origem decidiu que o fato de a ré possuir uma condenação transitada em julgado por crime de furto, o que configura reincidência específica, não constitui óbice à aplicação do princípio da insignificância, pois, para tanto, deve-se analisar somente aspectos de ordem objetiva do fato.*

5. *A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EAREsp n. 221.999/RS (Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em*

11/11/2015, DJe 10/12/2015), estabeleceu a tese de que 'a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável'.

**6. Há situações excepcionais já reconhecidas no âmbito desta Corte em que se recomenda a aplicação do Princípio da Insignificância, a despeito da reincidência do réu:** (AgRg no REsp 1415978/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 02/02/2016, DJe 15/02/2016 e AgRg no AREsp 633.190/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 23/4/2015).

**7. Caso em que se verifica se tratar de situação que atrai a incidência excepcional do Princípio da Insignificância, ainda em se tratando de ré reincidente específica, tendo em vista as circunstâncias em que o delito ocorreu (furto simples contra estabelecimento comercial), o valor reduzidíssimo da res furtiva, e a natureza do bem subtraído - 1 ovo de Páscoa.**

**8. Recurso desprovido."** (REsp 1.721.018/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 10/08/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 155, CAPUT, DO CP. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. AGRAVO DESPROVIDO.

I - '[...] a reincidência não impede, por si só, que o juiz da causa reconheça a insignificância penal da conduta, à luz dos elementos do caso concreto [...]' (HC n. 123.108/MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 1º/2/2016).

**II - Tendo em vista a natureza e o valor dos bens subtraídos (treze barras de cereais, avaliados em R\$ 13,00 - treze reais), aliado à circunstância de que houve pronta restituição à vítima, deve ser mantida a aplicação do princípio da insignificância ao caso vertente, conquanto o réu seja reincidente, ante as peculiaridades do caso concreto.**

**Agravo regimental desprovido."** (AgRg no REsp 1.627.067/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 02/12/2016; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. ABSOLVIÇÃO RESTABELECID. 0,5% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA. RES FURTIVA RESTITUÍDA. INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO JURÍDICA. RECONHECIDA. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. EXCEPCIONALIDADE CONFIGURADA. REGIMENTAL IMPROVIDO.

**1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão**

*jurídica provocada.*

2. ***A reincidência e a habitualidade delitiva têm sido compreendidas como obstáculo inicial à tese da insignificância, ressalvada excepcional peculiaridade do caso penal.*** Nesse sentido: EAREsp 221.999/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/11/2015, DJe 10/12/2015.

3. ***O pequeno valor do objeto – uma garrafa de Ice Blue Spirit avaliada em R\$ 3,59 –, aliado à natureza do bem furtado, de vítima com relevante capacidade financeira - Supermercado Tezuka - e a restituição da res furtiva, faz ver que a esta o dano não foi relevante e nenhum interesse social existe na onerosa intervenção estatal.***

4. ***Agravo regimental improvido.***" (AgRg no HC 451.573/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 25/09/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para restabelecer a sentença absolutória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora